

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**COMANDO DA AERONÁUTICA**

**(Processo Administrativo nº 67120.002928/2025-08)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....

A **[União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX]**, por intermédio do(a) **[órgão contratante]**, com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no *DOU* de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a permuta do tombo BA.014-000, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. A Promitente Permutante é senhora e legítima possuidora do imóvel objeto da presente permuta, situados no município de Salvador – BA, devidamente matriculado e registrado de acordo com a documentação anexa que acompanhar este instrumento.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Permuta de 01 terreno localizado no Bairro de Ondina em Salvador/BA, a saber: tombo BA.014-000, tomando como contrapartida a construção de 03 Blocos de apartamentos para oficiais no Galeão no Rio de Janeiro/RJ, totalizando 36 apartamentos.					
---	---	--	--	--	--	--

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 570 dias contados do(a) publicação deste instrumento no DOU, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O Prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressavaladas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. No período de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar a qualificação técnica da(s) subcontratada(s) para aprovação pela Administração, caso faça a opção pela subcontratação da obra.

4.2. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para aprovar ou rejeitar a qualificação técnica apresentada da(s) subcontratada(s).

4.3. Em caso de eventual reprovação da primeira qualificação técnica apresentada, será concedido à Contratada prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de nova qualificação técnica ou complementação da documentação apresentada anteriormente ou a apresentação de qualificação técnica de nova(s) subcontratada(s).

4.4. No caso de eventual segunda reprovação, a Contratada ou subcontratada(s) deverá providenciar os ajustes necessários, porém sem nova adição de prazo do cronograma físico-financeiro contratual, sendo passível a aplicação de sanções administrativas, conforme Capítulo 7 deste Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1. No valor acima estão incluídas também todas as despesas em relação a transferência de propriedade dos imóveis, bem como as custas para a obtenção das devidas autorizações para realização do empreendimento.

5.3. O valor acima não é estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO ocorrerão com a transferência da propriedade dos imóveis com o complemento via GRU (caso exista torna).

5.4. Havendo torna em favor da administração, o recolhimento desta deverá ser efetuado em até 05 dias após a entrega do “habite-se” ou instrumento afeto das obras de contrapartida, por meio do pagamento de DARF, sendo condicionado à quitação desta a transferência definitiva da propriedade dos imóveis objetos da permuta.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

### **Liquidação**

6.1. O pagamento das etapas da(s) obra(s) será efetivada com a transmissão da propriedade do tomo relacionado no item 1, conforme o documento denominado Cronograma Físico-Financeiro, anexo a este processo.

6.2. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Adquirente, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado..

6.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

### **Prazo de pagamento**

6.6. Após o cumprimento de todas as etapas mensais no Cronograma Físico-Financeiro que faça jus à emissão da posse precária de algum tomo, conforme Cronograma de Eventos anexo ao Processo, a Administração terá um prazo de 60 dias para emissão da documentação afeta ao Registro do Imóvel no Cartório cabível.

6.7. Excepcionalmente, a critério da Administração e comprovado o bom desempenho da Adquirente, caso as etapas de execução da obra sejam adiantadas, poderá a Administração antecipar o liquidação das etapas do Cronograma Físico-Financeiro, por meio da antecipação da entrega dos termos de posse precária.

### **Forma de pagamento**

6.8. O pagamento será realizado por meio da transferência da titularidade dos tombos relacionados no Item 1.

- 6.9. Será considerada data do pagamento quando a Administração entregar formalmente a documentação pertinente para que a Adquirente possa lavrar o registro no Cartório cabível.
- 6.10. Será de responsabilidade da Adquirente as ações referentes ao Registro do Imóvel em seu nome.
- 6.11. A Administração deverá garantir que o imóvel a ser entregue não esteja ocupado e/ou impedido com pelo menos 30 dias de antecedência do evento de transmissão de posse/propriedade.
- 6.12. Caberá ao Adquirente arcar com todos os custos como o ISSQN e demais taxas cartoriais como ITBI que caracterizará a transferência do imóvel da União para terceiro e, por conseguinte, a conclusão do processo de permuta.

### **Reequilíbrio**

- 6.13. Ao longo da execução do Contrato, casos eventuais de reequilíbrio econômico-financeiro, independente da motivação que os ensejar, serão analisados criteriosamente pela Administração e deverão ser implementados por meio de termo aditivo em comum acordo pelas Partes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE PERMUTANTE**

- 8.1. São obrigações do PROMITENTE PERMUTANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Realizar a emissão da posse precária dos imóveis, quando previsto, nos termos do Termo de Referência e seus anexos, após o cumprimento por parte do CONTRATADO de todas as obrigações contratuais mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório, emitido por Comissão de Recebimento.
- 8.1.6. Outorgar a escritura definitiva do imóvel, transferindo a posse do tombo descrito no Item 1, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência e seus anexos, após o cumprimento por parte do CONTRATADO de todas as obrigações contratuais mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, emitido por Comissão de Recebimento.
- 8.1.7. Garantir que os imóveis estejam livres e desimpedidos com pelo menos 30 dias de antecedência da entrega prevista, de acordo com o Cronograma anexo a este instrumento.
- 8.1.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente do registro dos imóveis, pagamento de ITBI, entre outros encargos devido a respectiva transferência da propriedade.
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 9.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.28. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. Os critérios para aferição e recebimento do objeto estão previstos no Projeto de Engenharia, no Termo de Referência e nas demais peças que compõe este instrumento;
- 10.2. A Comissão de Fiscalização deverá verificar, de modo sistemático o cumprimento das obrigações do CONTRATADO previstas neste instrumento e das ordens complementares emanadas pela PROMITENTE PERMUTANTE, informando em tempo hábil qualquer intercorrência e providência emanada.
- 10.3. Resolver, quando dentro de sua esfera de competência, ou assessorar a PROMITENTE PERMUTANTE acerca de qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto nos documentos.
- 10.4. Propor soluções técnicas em decorrência da execução da obra, efetuando todo registro no Livro Diário de Obras, o qual deverá ser mantido no local e atualizado diariamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DA TORNA**

- 11.1. O objeto do presente Contrato será executado mediante a permuta de imóveis do COMAER correspondentes ao valor global de **XXXXXXXXXX**, ofertado para os tombos aliendados, representado uma Torna em favor da União de **XXXXXXXXXX**, acrescida da obra de engenharia constante no Projeto de Engenharia anexo a este Contrato.
- 11.2. No preço total pactuado estão ainda incluídas todas as despesas decorrentes da execução completa do Objeto deste Contrato, desde despesas com a contrapartida, bem como as despesas devidas a transferência e registro dos imóveis.
- 11.3. A CONTRATADA deverá recolher, por meio de DARF a importância da diferença motenária denominado Torna, de acordo com os dados abaixo:
- 11.3.1. **Identificador de Recolhimento:** **XXXXXXXXXX**
- 11.3.2. **Código de Contribuinte:** **XXXXXXXXXX**
- 11.4. O recolhimento a que se refere o item 10.3 deverá ser efetuado em até (05) dias após o recebimento definitivo da obra, vinculando-se a este evento a lavratura da transferência definitiva da propriedade dos imóveis objetos da permuta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– MODIFICAÇÕES TÉCNICAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA**

- 12.1. Ambas partes poderão propor modificações no Projeto ou nas Especificações Técnicas para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não altere o valor contratual e não descaracterize o objeto deste instrumento.
- 12.2. As alterações deverão ser precedidas de instrução em processo administrativo devido, aprovado pela autoridade competente e de comum acordo por ambas as Partes, devendo ser instrumentalizado por meio de Termo Aditivo.

12.3. A inserção de eventuais itens que não constem na Planilha de Serviços, que se façam necessários, será feita tomando-se como base os mesmos insumos e composições das tabelas oficiais de referência adotadas quando da elaboração do Projeto de Engenharia.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. As regras acerca da garantia de execução são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada de acordo com a Cláusula Segunda deste instrumento.

15.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

15.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

15.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.7.2. Das indenizações e multas.

15.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

15.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

15.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

15.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Modelo de Termo de Contrato Atualizado V2
Data/Hora de Criação:	16/03/2026 16:12:28
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	e790a5e1340f7b04114cba38cb1293a2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Eng FÁBIO HENRIQUE CAMPOS CRUZ no dia 16/03/2026 às 13:12:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THIAGO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS no dia 16/03/2026 às 13:14:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FILIPE GUSTAVO LABREGO no dia 16/03/2026 às 13:15:41 no horário oficial de Brasília.